

## **GÊNERO E JUVENTUDE: uma análise de questionário aplicado a estudantes do ensino médio com relação à escolha da profissão**

Silvia Regina Marques Jardim\*  
Maristela Oliveira Meira\*\*

### **Resumo**

O presente artigo tem como foco para estudo as perspectivas do/a jovem estudante do Ensino Médio com relação ao seu futuro profissional e pessoal. Tal abordagem será à luz da categoria de análise gênero. A metodologia aplicada será bibliográfica, em que utilizei pesquisas, artigos e trabalhos acadêmicos publicados em sites/revistas eletrônicas, além da análise de questionário aplicado para estudantes do Ensino Médio. Pretende-se verificar, entre as escolhas e sonhos desses jovens, a existência de diferenças no que diz respeito às relações sociais de gênero. A bibliografia estudada e os dados coletados no questionário nos leva a perceber a existência de uma determinação ainda em voga sobre quais cursos superiores são indicados para as mulheres e quais são atribuídos ao homem.

**Palavras-chave:** relações sociais de gênero; juventude; escolha profissional.

### **Abstract**

This article focuses on the perspectives of the young high school student regarding their professional and personal future. Such an approach will be in the light of the category of gender analysis. The applied methodology will be bibliographical, in which I used researches, articles and academic papers published in websites / electronic journals, besides the analysis of questionnaire applied to students of the High School. It is intended to verify, among the choices and dreams of these young people, the existence of differences regarding the social relations of gender. The bibliography studied and the data collected in the questionnaire leads us to perceive the existence of a determination still in vogue about which higher courses are indicated for women and which are attributed to the man.

**Keywords:** social relations of gender; youth; professional choice.

---

\* Doutora em Educação, UNESP, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP. Professora Adjunta na UESB, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

\*\* Graduanda do curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do Grupo de Estudos sobre Políticas, Gênero, Álcool e Drogas (GEPAD), do Museu Pedagógico da UESB.

## 1 Introdução

O presente artigo visa fazer um estudo sobre aspirações de jovens estudantes do Ensino Médio com relação ao futuro próximo em relação ao mercado de trabalho e também aspirações de ordem pessoal. Dentro deste estudo, procura-se fazer um recorte para as relações sociais de gênero.

É possível, nos dias de hoje, que a juventude ainda faça escolhas por curso universitário baseadas na diferença sexual? Como romper com as barreiras que impedem homens e mulheres de trilharem caminhos diferentes daqueles estipulados pela sociedade?

Para responder essas questões, a metodologia utilizada foi dividida em dois momentos. O primeiro momento foi de caráter bibliográfico, ou seja, realizei estudos com base em livros e artigos acadêmicos que abordaram a temática gênero, juventude e aspirações profissionais. Para isso, selecionei previamente em sites como *SciELO*, *Revista Brasileira de Educação*, *Revista Feminismos*, dentre outros, publicações científicas que abordaram tais questões. O recorte de tempo escolhido para colher esse material foi o período compreendido entre 2001 a 2017. Para ajudar a compreender o gênero como categoria social, o artigo toma como base teórica o texto de Joan Scott, traduzido em português no ano de 1989 e passando por processo de revisão em 1995. Além disso, para entender como os papéis sociais são ensinados e reproduzidos ao longo das gerações, utilizou-se o livro “Mulher e Homem: o mito da desigualdade” de 1988, de Dulce Whitaker.

No segundo momento, a fim de saber se os papéis socialmente estabelecidos a partir da diferença sexual ainda são reproduzidos pelos jovens na hora de decidir qual curso universitário, elaborou-se um questionário que foi respondido por 24 estudantes do Ensino Médio da rede pública de Vitória da Conquista (BA). Instrumento de pesquisa muito popular, “o questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se obter respostas para a coleta de informações” (FACHIN, 2005, p. 147).

O questionário foi aplicado em três turmas do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano). A escola em questão faz parte da rede pública de educação, e funciona como extensão do Colégio Estadual Abdias Meneses (situado no bairro Recreio, em Vitória da Conquista/BA). Tal extensão foi criada no ano de 2006 com o intuito de oferecer os níveis fundamental e médio de educação para os moradores do bairro da Lagoa das Flores e também para povoados vizinhos da periferia de Vitória da Conquista que ficam próximos àquela região. Nesse sentido, do total da amostra de 24 estudantes, 09 era de jovens masculinos na faixa etária compreendida entre 17 e 28 anos, e de 15 jovens do sexo feminino com idade entre 16 a 37<sup>1</sup> anos.

## 2 Juventude, o que é isso?

A juventude tem, entre outras características, a faixa etária em que geralmente se cursa o Ensino Médio e, por isso, cabe aqui uma pergunta: Mas afinal, o que é mesmo essa tal de juventude? Termo comumente confundido ou associado com a adolescência carrega em si muitas ambiguidades, já que é “no limite de sua caracterização da diversidade de comportamentos humanos, uma definição imprecisa, historicamente construída, em permanente [...] mutação” (TRASSI e MALVASI, 2010, p.22).

Odiados e amados, “ora a juventude é compreendida como potência, ou como promessa de mudança, como foi caracterizada nos anos 50 e 60, ora como problema social, risco e vulnerabilidade” (MADELLI, SOARES, LISBOA, 2011, p. 50). O fato é que esse conceito deve possibilitar as múltiplas formas de ser jovem, pois todas/os possuem experiências de vida diferentes, gostos e comportamentos diferentes, enfim, todas/os passaram por diversos modos de socialização (MANDELLI, SOARES, LISBOA, 2011). Essa desnaturalização permite entender melhor as várias formas de ser jovem e permite acabar com a padronização etária que a juventude enfrenta.

Nesse sentido, Mandelli, Soares e Lisboa (2011) destacam que:

O discernimento de que a diversidade inclui diferenças de ordem social, regional, étnica, educacional e de gênero cria a possibilidade de entender as representações e aspirações dos jovens,

<sup>1</sup> Entre o grupo feminino, apenas uma tinha a idade de 37 anos, às demais estavam na faixa etária entre 16 e 23 anos.

compreendendo-os como um fenômeno, e não somente como um pressuposto biológico, segundo o qual todos eles seguem uma mesma lei de desenvolvimento e socialização (2011, p. 51).

E é na juventude, quando chega o momento de escolher a profissão a seguir, que podemos perceber como a grande maioria das/os jovens é influenciada por parâmetros comportamentais, que separa e hierarquiza as atividades ocupacionais (PRÁ, 2013) das mulheres e dos homens. Segundo Berlatto (2007, p. 29) “quando se trata de fazer a escolha profissional, meninos e meninas apropriam-se das questões referentes ao gênero para fazê-la”.

### 3 A relação social de gênero

O gênero é uma categoria de análise que permite estudar as relações sociais no tocante ao homem e a mulher (SCOTT, 1989). Comumente, o termo gênero é confundido com o termo sexo, o que compromete necessariamente a própria utilização do gênero como categoria que, para além das questões biológicas, permite verificarmos as assimetrias estipuladas para a relação binária homem e mulher (CARVALHO, RABAY 2015). Segundo Scott (1989):

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (SCOTT, 1989, p. 03).

Essa relação binária, histórica e socialmente constituída, põe em desvantagem o papel desempenhado pela mulher, atribuindo a ela arquétipos ligados ao conceito de sentimentalismo, fragilidade e sujeição ao homem (PERROT, 2008). Para este, entretanto, os arquétipos de racionalidade, força e poder confere um *status* socialmente valorizado. Com as lutas feministas do século passado, e mesmo as de hoje, as mulheres conquistaram espaços que outrora jamais poderiam ocupar; seja no campo da política, com o direito ao voto, ou mesmo no mercado de trabalho onde hoje muitas

mulheres podem ocupar cargos de chefia elas romperam e ainda rompem as barreiras do privado para a vida pública (PINTO, 2014).

Todavia, mesmo no século XXI, a diferenciação entre os espaços para mulheres e homens ainda não está totalmente superada. Muitos processos formativos, como a mídia, atuam para reforçar estereótipos construídos em torno do gênero e, assim, marcar cada vez mais os papéis sociais que cada um deve seguir. Mas como essa formação, onde o homem ocupa o lugar de dominação e a mulher o de dominada, acontece? Segundo Whitaker (1988), desde a mais tenra idade, somos moldados e orientados, através da educação formal e informal, a reproduzir comportamentos diferenciados a partir do sexo biológico.

Na educação informal, que é transmitida pela família e pela sociedade em geral, é comum a atribuição dos trabalhos domésticos para as meninas, como lavar, passar, varrer, cuidar dos irmãos e irmãs mais novos/as, pois, “o fundamental na utilidade das meninas é o papel que desempenha dentro da casa auxiliando a mãe no trabalho doméstico” (WHITAKER, 1988, p.21). Na infância, as meninas são presenteadas com bonecas, panelinhas, casinhas *etc.*, objetos que educam para a futura vida doméstica. Aos meninos, por sua vez, são ofertados “objetos e atividades ligados à tecnologia e comunicação [...] desde cedo de forma livre, sem restrição [...] jogam videogames brincam com jogos de lógica” (PINTO, 2014, p. 95) o que facilitará, mais tarde, na compreensão dos conceitos oriundos das ciências exatas, por exemplo. (WHITAKER, 1988).

Já a chamada educação formal é aquela que é ensinada na escola ou universidades. Segundo Pinto (2014, p. 16), nesses espaços de formação, “embora haja a introdução de temas contemporâneos no currículo, como os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola continua sendo um espaço de produção e reprodução de atitudes preconceituosas”. Em nosso país, por exemplo, o comum é que mulheres exerçam a função de professora desde a “escolinha” até às séries iniciais do ensino fundamental, a partir do 6º ano “quando a função de professor se especializa, adquirindo em consequência mais prestígio, é que começa a surgir o saudável contraste entre o elemento feminino e o elemento masculino” (WHITAKER, 1988,

p. 57). Assim, a escola repete o padrão familiar, onde as crianças passam os seus primeiros anos de vida na companhia de mulheres. Logo, ainda segundo Whitaker (1988, p. 57), “não por acaso as crianças pequenas chamam a professora de ‘tia’ – prolongamento da figura da mãe, um ser ao qual se nega caráter profissional”.

Outro ponto a ser lembrado, é que a Base Nacional Comum Curricular aprovada recentemente está suprimindo o gênero do currículo escolar. “Em 17 de dezembro de 2013, o Plenário do Senado aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei, no qual retirou da redação do inciso III do artigo 2º a frase ‘promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’ (REIS e EGGERT, 2017, p.15), evidenciando nas “entre linhas” dessa ação política, o total desprezo estatal frente às diferenças de gênero.

Nesses processos de educação tanto formal quanto informal, são mostradas às pessoas formas de comportamentos mais adequados à sua diferença sexual. Quando jovens, no plano da escolha de carreiras, por exemplo, não vemos os meninos sendo incentivados a seguir carreiras que são consideradas atividades essencialmente femininas e vice-versa.

Observamos, ainda, que o século XXI aponta algumas mudanças (tivemos uma mulher presidente, juízas, engenheiras) e precisamos considerar isso, entretanto, apesar das mudanças, ainda vemos uma predominância das diferenças de gênero atuando na escolha da carreira. E é este o foco do presente trabalho de pesquisa, ou seja, verificar se e como, nos dias de hoje, os papéis sexuais historicamente determinados influenciam a juventude na hora de escolher o curso superior e a futura carreira profissional.

Outra questão que também pode ser abordada segundo a categoria de análise gênero é a questão da raça (SCOTT, 1989), ponto este que não poderia deixar de ser mencionado, pois assim como a discriminação por sexo, “as discriminações de raça, persistem como uma das formas mais antigas de dominação social” (TRIGO e BRIOSCHI, 2007, p. 103). Ainda segundo as autoras:

Uma abordagem de ordem geral nos mostra que estas são duas formas de discriminação em que o biológico assume papel preponderante para explicar e justificar o estabelecimento de hierarquia e desigualdades entre grupos sociais. Assim, ao invés de pensarmos ‘ele é negro e, segundo os nossos valores sociais, ele é

colocado em uma posição de inferioridade em relação aos brancos’ ou ‘ela é mulher e a nossa sociedade que valoriza o masculino a relega para uma posição subalterna’, eliminamos do nosso pensamento (e dos nossos sentimentos, atitudes e valores) a mediação social de atribuição de posições e construímos o pensamento sobre pressupostos que se apresentam como naturais e, portanto, justificáveis e imutáveis: ele é negro, ela é mulher, portanto as características biológicas – e não as relações sociais – os predispor a ocupar posições socialmente dominadas (p. 103).

Nesse sentido, se para as mulheres brancas já é difícil ultrapassar a segregação horizontal e vertical, para as mulheres negras essa exclusão se torna mais evidente, pois “as mulheres negras são a síntese da discriminação, marcadas pelo sexismo e racismo que as deixa em situação desvantajosa em relação às outras mulheres” (PINTO, 2014, p. 61).

Para se ter uma ideia, segundo Abramo (2006, p. 41):

Os rendimentos dos negros são sistematicamente inferiores aos dos brancos, inclusive entre aqueles que têm o mesmo nível de escolaridade [...] inclusive entre aqueles que têm estudos pós secundário (11 a 14 e 15 anos e mais), os negros recebem aproximadamente 30% a menos que os brancos. Se compararmos mulheres negras com homens brancos (ambos da faixa de 11 anos e mais de estudo), elas recebem apenas 46% do que recebem os homens brancos por hora trabalhada.

Esses dados apontam que a escolaridade não é o suficiente para acabarmos com o difícil acesso da população negra a postos de trabalho que possibilite uma renda melhor (ABRAMO, 2006). Ainda segundo a autora, isso ocorre porque “as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social do Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social” (ABRAMO, 2006, p. 40).

Entretanto, as desigualdades de gênero limitam não somente as atividades desenvolvidas por mulheres, mas também impõem aos homens formas de se comportar e viver mais adequadas ao seu sexo. Segundo Pinto (2014, p. 97) “a virilidade e a sexualidade masculina são postas em questão à medida que as escolhas de carreira não seguem o padrão imaginado como próprio para os homens”. Logo, os cursos das ciências humanas e da

área de saúde<sup>2</sup> são rejeitados pela população masculina (PINTO, 2014). Essa divisão pautada na diferença sexual é o que estudaremos no próximo tópico, ou seja, a divisão sexual do trabalho.

#### 4 Divisão sexual do trabalho

Para entendermos melhor como a diferença de gênero pode intervir nas escolhas profissionais, é preciso utilizar outro conceito analítico que é o da divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é a definição baseada nas relações sociais entre homens e mulheres, em que o trabalho social a ser desempenhado deve estar de acordo com cada sexo biológico. Nesse sentido, a autora afirma que a divisão sexual do trabalho possui dois princípios norteadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio que hierarquiza as atividades laborais (o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher). Vale lembrar que, por ser uma definição construída historicamente, pode variar segundo o tempo e o espaço (KERGOAT, 2009). Pinto destaca que:

A divisão sexual do trabalho atribui, portanto, aos homens as tarefas produtivas e às mulheres as reprodutivas, em consonância com o modelo cultural de família patriarcal, ou seja, o homem é o chefe e o único responsável pelo sustento familiar (produção) e a mulher é a única responsável pela criação dos/as filhos/as e afazeres domésticos (reprodução), determinando “lugares” específicos para cada sexo (PINTO, 2014, p. 38).

Por isso, acreditamos que a pesquisa em curso, permitirá identificar como os jovens estudantes do ensino médio, no processo de escolha de curso superior, enxergam, mesmo que inconscientemente, as questões de gênero no tocante ao mundo das profissões. Além disso, auxiliará na compreensão dos papéis sociais esperados tanto para o homem como para as mulheres, no ambiente de trabalho (PRÁ, 2013).

Portanto, o que se pretende é:

Refletir sobre a segmentação por sexo e desigualdades de gênero no processo de escolha de curso superior pressupõe compreender o contexto sociocultural em que estamos inseridos/as, as influências da socialização na construção de projetos profissionais e a maneira

---

<sup>2</sup> Uma contradição a ser pontuada é que, embora o curso de Direito e Medicina façam parte da área de humanas e saúde respectivamente, a maioria dos estudantes é homem, isso devido ao grande prestígio social dado a essas profissões (PINTO, 2014). Além disso, o curso de Arquitetura que faz

como as pessoas naturalizam as diferenças sociais, já que mulheres e homens são tratados de forma diferente desde o nascimento em função do sexo biológico, sendo geradas expectativas específicas para cada sexo, favorecendo a dicotomia, a hierarquização e discriminação (PINTO, 2014, p. 18).

Como dito anteriormente, as lutas do movimento feminista pela igualdade entre os homens e as mulheres possibilitou para estas o ingresso em diferentes profissões. Infelizmente, ainda hoje, é possível constatar barreiras, tanto culturais como de ordem político/ideológico, que, ora impedem as mulheres o acesso a determinadas profissões, ora limitam suas possibilidades de ascensão profissional (PINTO, 2014). Nesse sentido, atualmente as mulheres “sofrem dois tipos de segregação profissional que estabelecem barreiras, limitam suas oportunidades ocupacionais e as levam a fazer escolhas diferentes dos homens: a segregação horizontal e a segregação vertical” (PINTO, 2014, p.39).

A segregação horizontal caracteriza-se pela atitude auto avaliativa das mulheres no sentido de verificar se a sua escolha profissional condiz com o papel social que lhe foi ensinado tanto na educação formal como na informal. Nesse sentido, as mulheres buscam profissões que acreditam ou foram ensinadas a acreditar, como mais apropriadas para sua condição feminina (PINTO, 2014). Assim, sabendo-se que a escola, a família e a sociedade em geral tendem a reproduzir estereótipos que segregam as mulheres em determinadas carreiras, é comum que as jovens façam suas escolhas de cursos superiores ligadas ao conceito de cuidar, “correspondentes às áreas das Ciências Humanas, Sociais e área Ciências da Saúde” (PINTO, 2014).

De acordo com Pinto (2014) Já a segregação vertical ocorre quando as mulheres conseguem ingressar em carreiras ditas masculinas, mas ainda assim, continuam segregadas na hierarquização profissional que garante postos mais rentáveis e valorizadas socialmente para os homens. Para autora, é “nos níveis ocupacionais mais

parte das ciências exatas e é mais procurado por mulheres, isso ocorre pelo simples fato de que no imaginário social este curso está ligado ao conceito estético, simplificando, arrumar a casa (PINTO, 2014).

altos e de maior prestígio observam-se as maiores desigualdades entre os sexos” (PINTO, 2014, p. 40).

## 5 Apresentação e discussão dos resultados

O questionário foi aplicado na extensão do Colégio Estadual Abdias Menezes, situado no bairro Lagoa das Flores à aproximadamente 12 km do centro da cidade de Vitória da Conquista – BA. Localizado na periferia do município, esse bairro é conhecido por abrigar o complexo industrial da região, além de ser um dos maiores fornecedores de frutas, verduras e hortaliças da Central de Abastecimento (CEASA) de Conquista. É nesse bairro que parte dos estudantes que responderam ao questionário residem e trabalha, seja na indústria ou no comércio daquela região, bem como nos pequenos sítios destinados à agricultura familiar. A outra parcela de estudantes mora em povoados próximos à Lagoa das Fores, e nesse sentido, a prefeitura disponibiliza vans que fazem o transporte dos discentes e também para os professores, já que moram na própria cidade de Vitória da Conquista.

A extensão funciona nos três turnos. De manhã, e também pela tarde, a escola oferece (sob a responsabilidade do município) turmas do nível fundamental de educação. Já no noturno, a instituição disponibiliza o ensino médio (sob a responsabilidade do estado). A estrutura do imóvel conta com cinco salas de aula, uma cozinha, sala de professores, pátio e três banheiros (dentre os quais, um é utilizado somente pelo corpo docente, e os demais pelos estudantes). É na sala de professores que é feito todo serviço administrativo da extensão, além disso, foi separado um armário que funciona como única biblioteca pública disponível do bairro, contendo aproximadamente uns 50 livros, cuja atualização e estado físico deixam muito a desejar. Em se tratando das salas de aulas, as suas condições também são alarmantes, o quadro branco é bem pequeno e cheio de ondulações, o que dificulta na hora de escrever. Os estudantes e professores também enfrentam outro problema na sala de aula, além da superlotação<sup>3</sup> e má ventilação<sup>4</sup>, cada aula correspondia à apenas 30 minutos, o que acaba por comprometer toda a

explicação bem como o entendimento da gama de assuntos específicos para cada disciplina.

O questionário foi aplicado no turno noturno, nos anos de 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio para um total de 24 pessoas (09 rapazes e 15 moças). Informados do objetivo do questionário, cada estudante que desejou participar da pesquisa respondeu ao somatório de 18 questões previamente elaboradas. Para contribuir na análise dos dados coletados, dividimos as perguntas em categorias. Nesse sentido, foram criadas cinco categorias de análise: casamento, família, lazer, trabalho e escolha do curso universitário.

### 5.1 Casamento

Instituído pela igreja católica durante a Idade Média, o casamento passou a se tornar parte constitutiva do sacramento religioso, assim “o casal e seu relacionamento passaram a ser selados eternamente pelos olhos de Deus, até que a morte os separasse” (CARVALHO e PAIVA, 2010, p. 225). A sexualidade do casal medieval também passa a ser controlada pela igreja, e nesse sentido “permitia-se somente sexo com intuito de procriação, a sexualidade não devia ser incentivada ou desenvolvida” (CARVALHO e PAIVA, 2010, p. 225). No espaço doméstico, o homem utiliza argumentos bíblicos para submeter sua parceira ao seu poder:

O homem deve ser o chefe do casal, pois foi criado em primeiro lugar e deu origem à mulher. É a ele, portanto, que cabe o poder de mandar. Embora São Paulo acrescente que as ordens do marido deverão ser temperadas pelo amor e o respeito que deve à sua mulher, embora reconheça nesta um poder de persuasão (simples poder da retórica), é ao marido que compete à decisão final. São Paulo resumiu as relações do casal numa fórmula famosa durante séculos: ‘Vos, maridos, amai as vossas próprias mulheres, como também Cristo amou a Igreja, [...] assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos’ (BADINTER, 1985, p. 35).

Com o passar do tempo, a preocupação em seguir as ordens da Igreja deu lugar a uma nova forma de relacionamento. Se antes as pessoas se casavam por fazer parte de uma das condições estipuladas para a entrada no reino dos céus, “no século XVIII nasce um outro modelo de casamento, onde era priorizado o amor,

<sup>3</sup> Cada sala de aula continha aproximadamente, cerca de 40 discentes, sendo que em algumas esse número poderia subir para 45 estudantes.

<sup>4</sup> Em nenhuma sala verifiquei a presença de ventiladores, e como as salas são pequenas e superlotadas, a temperatura ficava bem alta.

e o sexo teve sua prática mais aceita, buscando a compatibilidade do casal” (CARVALHO e PAIVA, 2010, p. 225). Entretanto, segundo a filósofa Simone de Beauvoir:

O Século XVIII também se acha dividido. [...] Rousseau, que aqui se faz o intérprete da burguesia, destina a mulher ao marido e à maternidade. Toda a educação da mulher deve ser relativa ao homem... ‘A mulher é feita para ceder ao homem e suportar-lhe as injustiças’, afirma. Entretanto, o ideal democrático e individualista do século XVIII é favorável às mulheres; elas apresentam-se à maioria dos filósofos como seres humanos iguais aos do sexo forte. Voltaire denuncia a injustiça de sua sorte. Diderot considera que sua inferioridade foi em grande parte, causada pela sociedade. ‘Mulheres, eu vos lamento!’, escreve. Considera que ‘em todos os costumes, a crueldade das leis civis aliou-se à crueldade da Natureza contra a mulher. São tratadas como seres imbecis’. Montesquieu estima, paradoxalmente, que as mulheres deveriam ser subordinadas ao homem na vida do lar mas que tudo as predispõe a uma ação política. (1970, p. 140).

Com a revolução industrial do século XIX, as mulheres começaram a conquistar mais espaço no mercado de trabalho, e isso refletiu necessariamente no casamento que passa a existir somente quando há um desejo, somente quando há a escolha de se estar junto de alguém (CARVALHO e PAIVA, 2010). No século passado, “o relacionamento conjugal transformou-se numa escolha, podendo ser discutido, modificado e livre de outras influências” (CARVALHO e PAIVA, 2010, p. 226). Já na contemporaneidade, o casamento pode ser caracterizado pela falta de uma ligação institucional. “Nesse sentido, o que caracteriza o casamento no início do século XXI é a pluralidade de modelos de conjugalidade” (ZORDAN, FALCKE e WAGNER, 2009, p. 58), o que significa dizer que há um relacionamento de “intensa significação na vida dos indivíduos, já que envolve um alto grau de intimidade e muito investimento afetivo [...] na sociedade contemporânea, o casamento não necessariamente está associado à formação de uma família” (CARVALHO e PAIVA, 2010, p. 226).

Essa ideia, no entanto, não se assemelha com as respostas dadas pelos estudantes. A primeira questão refere-se ao estado civil dos/as participantes. No universo de 15 jovens do sexo feminino, por exemplo,

constatou-se que: 01 vive em união estável; 04 participantes são casadas e 10 se declararam solteiras. Dentre essas dez estudantes solteiras, no que se refere ao desejo de se casar, verificou-se presente a ideia de que o casamento é a única forma para a construção de uma família, além de fazer parte do sonho de vida, o casamento deve ser legalmente registrado a fim de se ter maior segurança na indissociabilidade do relacionamento:

**Questão 2:** Se não for casado/a, você pretende se casar? Por quê?

**A2<sup>5</sup>:** Não, mas pretendo, sonho em ter uma família.

**A4:** Sim, pois pretendo ter uma família.

**A6:** Sim, quero muito construir uma família.

**A10:** Sim, porque moro junto com meu parceiro.

**A1:** Sim, acredito no amor verdadeiro.

**A5:** Porque preciso realizar meu sonho.

**A3:** Sim, para manter uma união um pouco mais estável, comprovado.

As respostas dadas pelos estudantes do sexo masculino, também seguem a mesma ideia expressa anteriormente no sentido de que há uma relação intrínseca entre família e casamento. Do total da amostra jovem masculina, oito estudantes se declararam solteiros, e para esses solteiros quando questionados sobre o desejo de se casar:

**B1:** Sim, ter uma família.

**B3:** Sim, para eu construir uma família.

**B5:** Sim, construir uma família.

**B9:** Pretendo sim, construir uma família.

Esses dados (tanto as respostas das jovens como dos jovens) corroboram com a concepção de que o casamento “para os homens, significa constituir família, ter um lar, uma casa, enquanto, para as mulheres, é definido como relação amorosa” (ZORDAN, FALCKE e WAGNER, 2009, p.66). Todavia, para outras três discentes, o casamento aparece como um tipo de relacionamento negativo, e do ponto de vista das participantes o casamento significa um desgaste físico e emocional:

---

<sup>5</sup> Para manter o sigilo dos participantes, foi identificado cada participante pela letra e número. As moças foram identificadas com a letra A, e os rapazes com a letra B.

**A7:** Não, dá muito trabalho.

**A15:** Não porque dá muito trabalho.

**A8:** Não, é muito ruim.

Essa associação do casamento com algo ruim, algo trabalhoso, pode estar associado, por exemplo, com a dinâmica da vida da mulher atual. Como Carvalho e Paiva salientam, “a mulher atual não tem apenas o papel de mãe e de esposa, ela possui outras realizações pessoais, ela atingiu um universo amplo e possui uma gama de possibilidades e de atividades” (p. 232). Assim, o casamento contemporâneo “é compreendido mais como algo que pode acontecer a qualquer momento do que como um objetivo a ser conquistado e pelo qual os jovens estejam dispostos a lutar para alcançá-lo” (ZORDAN, FALCKE e WAGNER, 2009, p. 70).

Outro ponto que não poderíamos deixar de falar é quanto à idade própria para o casamento. Embora as jovens não tenham se referido em qual idade elas pretendem se casarem, dois rapazes o fizeram. Para o estudante **B2** o casamento só ocorrerá após os 40 anos, já para o estudante **B6** esse evento pode ser antecipado para os 30 anos. Nessas duas respostas, “Observa-se que o casamento está ocorrendo mais tarde no ciclo evolutivo vital” o que pode indicar que a prioridade das juventudes do século XXI está voltada para “os investimentos na formação profissional”, isso, em ambos os sexos (ZORDAN, FALCKE e WAGNER, 2009).

Apesar de a conjuntura atual apontar para mudanças nos relacionamentos (tanto na construção da família quanto no modo de enxergar o casamento), o que podemos verificar nas respostas, tanto dos jovens como das jovens, foi ainda a predominância de padrões conservadores, e, nesse sentido, o desejo de se casar só acontece, pois existe no imaginário dos e das estudantes do ensino médio a associação entre casamento, estabilidade e legalidade da relação. Além disso, o casamento é ainda o aval sem o qual não se pode construir uma família.

## 5.2 Família

Primeiro ponto de referência para se entender o mundo a nossa volta, “é no espaço familiar que a cultura se inicia e práticas educativas fazem parte do cotidiano. O indivíduo aprende a lutar pela sobrevivência humana,

aprende a andar, a falar” (JARDIM, 2011, p. 111). Ainda segundo Jardim, são nesses grupos em que temos acesso às primeiras noções do que é moralmente bom ou ruim, além de ser também o lugar onde os sujeitos desenvolvem uma relação de afeto bem como do sentimento de pertença, tão importante na construção da subjetividade.

Segundo Passos (2005, p. 15):

Não podemos deixar de sublinhar que essa estreita relação sujeito/família surge somente quando há o recolhimento da família em um espaço privado, isso pelos idos do século XVIII. Até então, o mundo público era dominante, e as crianças e os adultos de uma família se relacionavam entre si do mesmo modo que transitavam com as outras pessoas da sociedade. Em outros termos, não havia distinção entre os investimentos afetivos dos membros de uma família e os outros membros da comunidade. O palco para as relações eram espaços abertos, ruas, praças, palácios, nos quais a intimidade entre as pessoas não tinha lugar. Foi só com o recolhimento dos membros de uma família com laços biológicos a uma casa com espaços de convivência delimitados que passou a existir privacidade, troca entre os sujeitos e, creio, o surgimento da noção de família. Ela surge, então, da possibilidade de reconhecimento mútuo entre os sujeitos, da troca de afetos entre eles, e isso só foi possível a partir de um espaço físico que possibilitava a aproximação entre as pessoas.

Assim como as outras instituições sociais, o conceito de família também sofre influência segundo o tempo e o lugar, e nesse sentido, a família (na sua forma constitutiva) também é inspirado por essas mudanças, todavia, a forma mais reconhecida e valorizada socialmente ainda é a família composta de pai, mãe e filhos, chamada família nuclear (MALUF, 2010). A partir das décadas finais do século XIX e início do século XX, a sociedade passa “por um questionamento mais ou menos difuso da moral e dos valores burgueses, acompanhado por mudanças na organização e estrutura familiares” (TRIGO e BRIOSCHI, 2007, p. 107 – 108). Nesse sentido:

Na evolução histórica da família, além da família tradicional, formada pelo casamento, a introdução de novos costumes e valores, a internacionalização dos direitos humanos, a globalização, o respeito do ser humano, tendo em vista a sua dignidade e os direitos inerentes à sua personalidade, impôs o reconhecimento de novas modalidades de família formadas na união estável, no concubinato, na monoparentalidade, na homoafetividade e nos estados intersexuais, respeitando as intrínsecas diferenças que compõem os seres humanos (MALUF, 2010, p. 04).

Ressalta-se, ainda, segundo Jardim (2011, p. 111) que “é a família, ainda, quem cumpre o papel de incentivar

a ascensão social”, inclusive no que se refere aos estudos, o que pode ser confirmado nas respostas de todas e todos os participantes. Apesar da pouca ou nenhuma escolaridade dos pais<sup>6</sup>, os estudantes deixaram claro o apoio dado pela família em relação aos estudos, inclusive dando opinião quanto à escolha de curso universitário: “sim, todos tem vontade de me ver formada” (A9); “apoia sim, é o que eles mais querem” (A6); “sim” querem que eu curse “Educação Física” (B4). É no seio da família também, que os/as jovens encontram amparo quando estão desempregados. Isso fica evidente na resposta do B7, quando afirma receber ajuda “não só com os estudos”, mas também “com a minha filha, porque estou desempregado”.

### 5.3 Lazer

Momento muito importante para a socialização humana, como apontada por Jardim (2011, p. 120), “as atividades de lazer são formativas. Estão relacionadas às sensações de bem estar do indivíduo, pois o ser humano é social e isso está além do “viver em grupo” ou da busca pela sobrevivência”. É, sobretudo no tempo livre, nos momentos dedicados ao lazer “que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto” (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2008, p. 176), e assim, constroem suas próprias maneiras de enxergar o mundo, constroem suas subjetividades. Segundo Ungheri e Isayama:

No Brasil, o lazer foi inserido como direito social no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), sendo também destacado no artigo 217, o qual evidencia o papel do Estado no fomento às práticas de esporte e lazer. Sublinha-se o comprometimento do Estado com a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento. O parágrafo 3º enfatiza, ainda, o papel do poder público de incentivar o lazer como forma de promoção social. A inclusão do esporte e do lazer como direitos sociais foram avanços, pois representaram a inserção dos temas na agenda política (UNGHERI e ISAYAMA, 2017, p. 390).

Para parte dos estudantes participantes desta pesquisa, os momentos de lazer são dedicados ao convívio com a família, ir à igreja, sair com os/as amigos/as, se dedicar a literatura ou mesmo praticar esportes: “fico com

minha família” (A6), “eu curto a minha linda filha” (B7), “converso com meus familiares, pesquiso mais sobre coisas que quero para o meu futuro” (A7), “faço algumas coisas em casa, tipo, cuidado do nosso plantio de hortas, e também saio às vezes” (B9), “vou à igreja” (A10), “saio com as amigas” (A15), “gosto de ler, sair com os amigos, ouvir música” (A2), “jogo futebol” (B4). Todavia, outra parcela dos/as jovens, nesse tempo livre passa sem fazer “nada” (A1), “nada, ou mecho com meus animais” (B1), ou, como é o caso dos estudantes A14 e B3 ficam jogando no celular e assistindo televisão respectivamente. Esses dados apontam que, embora o lazer seja um direito constitucional, verificamos o “esquecimento” estatal no que diz respeito à garantia de espaços propícios para o lazer na comunidade da Lagoa das Flores, e nesse sentido, “a inexistência de ações públicas pode excluir parte significativa da população brasileira, a menos que esta tenha condições de pagar pelas oportunidades oferecidas pelo mercado do entretenimento” (UNGHERI e ISAYAMA, 2017, p. 390 – 391).

Segundo a pesquisa de Brenner, Dayrell e Carrano:

Além das desigualdades regionais entre pequenas e grandes cidades no quadro de distribuição de equipamentos culturais, há, no interior dos municípios, desigualdades tão ou mais brutais. Nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são verdadeiros desertos de equipamentos culturais; ainda que a média de equipamentos seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico aos setores populares (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2008, p. 179).

Por outro lado, enquanto parte dos estudantes pode desfrutar do convívio com a família, o cuidado com os animais, ou mesmo praticando alguma atividade física, para outros as longas horas de trabalho somado à dedicação aos estudos, significa a exclusão total dos momentos de lazer:

**A13:** Como sou dona de casa, eu estou sempre trabalhando. Só quando eu estou fora de casa eu vou para casa dos meus familiares.

**B2:** Trabalho, trabalho e trabalho.

**A5:** Trabalho o dia todo, e estudo a noite.

frequentaram a escola, ou cursaram todo ou apenas algumas séries do ensino fundamental.

<sup>6</sup> Dentre os estudantes que responderam ao questionário, somente a mãe de uma das moças estudou até o 2º ano do ensino médio. Os demais participantes, ou os pais não

**B5:** Estudo Tecnologia de informação (programação, diagramas etc.).

Os dados acima apontam três fatos que impedem a participação desses jovens nos momentos de lazer. O primeiro refere-se à questão do trabalho no ambiente doméstico. Considerando que essa atividade ainda é desempenhada na sua grande maioria por mulheres (WHITAKER, 1988), a resposta da estudante **A13** é uma amostra do retrato apresentado na pesquisa citada por Bruschini (2006, p. 336), onde se verificou que, para as mulheres das camadas populares “o trabalho doméstico ‘recorta por sobre a vida’, invadindo todos os outros espaços temporais, sobretudo o do lazer e o do descanso”.

O segundo aspecto que podemos inferir sobre a não participação dos/as jovens em atividades voltadas para o lazer, são as longas horas de trabalho no espaço público de produção. O desgaste físico e mental imposto sobre os/as jovens de menor poder econômico, que tentam conciliar estudo e a satisfação de suas necessidades, compromete necessariamente os momentos dedicados ao descanso e ao lazer (LACHTIM e SOARES, 2009), e conseqüentemente, o desenvolvimento das identidades juvenis ficam prejudicados.

O terceiro e último aspecto inibidor da participação dos/as jovens em momentos de lazer é a questão da formação que os/as estudantes buscam, para além da oferecida pelo ensino médio regular de educação. Dado à intensa competitividade característica do mundo capitalista, os e as jovens tem buscado cada vez mais oportunidades de aprofundar os seu conhecimentos, já que, quanto menor o nível de escolaridade, “mais precárias as condições de trabalho” (ABRAMO, 2008, p. 52). Por isso, jovens como **A5** e **B5**, sacrificam seus momentos de lazer com o intuito de conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho.

#### 5.4 Trabalho

O trabalho, segundo Oliveira e Silveira (2012, p.149), “é uma atividade carregada de significados que impactam na (re)construção de identidades/papéis e na (re)definição de normas de vida”. Todavia, essa ideia de que o trabalho contribui na formação pessoal pode camuflar a maldade do mercado, que utiliza o trabalho

de milhões de jovens brasileiros para driblar os encargos sociais trabalhistas (LACHTIM e SOARES, 2009), já que, “são em sua maioria jovens os indivíduos relegados ao preenchimento de posições ocupacionais de baixa qualidade, ostentando vínculos precários e de menor remuneração, situados na camada inferior do setor informal” (BRANCO, 2008, p. 130 – 131). É o que podemos verificar quando os estudantes foram questionados no que se refere ao mundo do trabalho:

Dos 24 participantes da pesquisa, 14 estavam trabalhando no momento: trabalho como “faxineira e babá” (**A15**); “babá” (**A2**); “sim, atendimento” (**A4**); “sim, sou garçomete” (**A14**); “sim, esteticista” numa clínica veterinária (**B1**); “trabalho em supermercado” (**B9**); “sim, manutenção em aparelhos eletrônicos” (**B5**); “sim, auxiliar de produção” (**A5**); “sim, serviços gerais em uma churrascaria” (**A7**); “com temperos” (**A11**); “trabalho com embalagem” em uma fábrica de biscoitos (**B8**); “sim, lavando automóveis” (**B4**).

Tendo como base os/as discentes anteriormente consultados agora questionados sobre a participação nos afazeres domésticos, podemos observar a nítida divisão das atividades laborais por gênero. Em outras palavras, quando se trata do trabalho doméstico, homens e mulheres ainda ocupam funções baseadas na relação hierárquica dos sexos. Entre as/os 14 estudantes que exerciam alguma atividade laboral fora de casa, 5 rapazes não participam na execução do trabalho doméstico, 2 rapazes executam uma tarefa específica, e as outras 8 participantes afirmaram fazer todo trabalho doméstico, ainda que as elas exerçam atividades fora de casa.

**Questão 7:** Você ajuda nos afazeres domésticos da sua casa? O que você faz?

**A14:** Sim, de tudo, desde arrumar a lavar roupa.

**B9:** Não ajudo, pois chego em casa tarde.

**A11:** Tudo.

**B2:** Não.

**A15:** Sim, lavo passo cozinho e cuidado dos irmãos.

**B5:** Não, não tenho tempo de sobra para isso.

**A4:** Sim, lavo roupa, limpo a casa, faço almoço.

**B1:** Sim, limpo o quintal.

Pinto citando Silva (2014, p. 38 – 39) afirma que, “o trabalho é uma das esferas sociais em que mais se acentuam as concepções de masculinidade e feminilidade, em que homens e mulheres assumem papéis tradicionais”, portanto, mesmo para as mulheres que exercem alguma atividade fora do lar, a execução total do trabalho doméstico (como lavar, passar, cozinhar, ou ainda cuidar dos irmãos), atravessa qualquer limitação como “chegar em casa tarde” ou “não tenho tempo de sobra para isso”. Para grande parte das mulheres não há a possibilidade de escolher somente “limpar o quintal”, ou simplesmente “não” fazer nada, elas fazem “tudo”.

Uma explicação para isso, nas palavras de Whitaker, é que:

Por razões profundas, ligadas à simbologia negativa do feminino, a realização de tarefas domésticas ameaça a virilidade, e muitos homens hesitam em assumi-las, embora possam tranquilamente fazer as mesmas tarefas em bares, restaurantes e lanchonetes, nos quais trabalham para o capital (WHITAKER, 1988, p. 44).

Para a parcela de jovens que não estava trabalhando no momento da realização da pesquisa, ou mesmo entre os que já exerciam alguma atividade, a procura por uma ocupação que lhes proporcione melhores condições de vida faz-se presente. Por isso, entre os/as 24 estudantes, 13 estavam em busca de trabalho, dentre os quais, 5 afirmaram não ter preferência por área, 3 responderam apenas que estão procurando emprego, e 5 escreveram em quais áreas desejam trabalhar: “procuro emprego em um mercado maior” (B9); “serviços gerais ou auxiliar de escritório” (A3); “informática” (B8); “PM” (A5); “PRF” (A7).

Mas afinal de contas, o que leva os/as jovens procurarem pela inserção no mercado de trabalho? Branco diz que:

Seja porque uma enorme quantidade, a maioria, a rigor, das famílias, em face de suas estratégias de enfrentamento da pobreza, não poderia prescindir dos acréscimos de renda que seriam provenientes de algum – no limite, *qualquer* – engajamento de seus membros nas atividades produtivas; seja porque, mesmo naqueles casos em que a procura por trabalho não estivesse tão diretamente subordinada a necessidades extremas de obtenção de renda, ainda assim, por razões de afirmação de sua própria autonomia, os jovens continuariam [...] empenhados em conquistar espaços no mercado de trabalho (BRANCO, 2008, p. 131-132).

Ainda segundo o autor, sempre que possível, as e os jovens tentariam conciliar trabalho, estudo e à aprendizagem profissionalizante (2008, p. 132), ou seja, para grande parte da juventude brasileira (sobretudo às de baixa renda), a conciliação educação e trabalho está necessariamente atrelada à concretização de suas aspirações profissionais.

### 5.5 Escolha do curso universitário

No questionário, foi possível identificar o desejo de 21 estudantes em cursar o nível superior de educação. Nesse momento, conforme já apontado por Berlato (2007) e reiterado por Prá (2013), é que as e os jovens fazem escolhas com base na diferença de gênero. Assim, ao observarmos a opção dos/as jovens, bem como os motivos que os/as influenciaram nessa decisão, percebemos a repetição das normas de condutas herdadas da educação informal e da educação formal.

**Questão 9:** Qual curso universitário você gostaria de estudar? Por quê?

**A9:** Psicologia. Tentar ajudar quem precisa.

**B8:** Engenharia Civil.

**B3:** Direito. Por que acho uma profissão ótima.

**A14:** Veterinária ou Fisioterapia, pois quero ajudar aqueles que precisam de muita atenção em relação ao modo de cuidar.

**A15:** Enfermagem.

**B1:** Medicina, tenho vontade de conhecer o corpo humano.

**A7:** Estética.

**A4:** Fisioterapia ou Farmácia.

**B6:** Engenharia.

**B5:** Tecnologia. Trabalhar com sistemas.

Esses dados demonstram que os e as jovens desta pesquisa, ainda fazem suas escolhas de curso universitário com base nos atributos do que é feminino e do que é masculino, escolhas essas que seguem um dos princípios da divisão sexual do trabalho, o princípio de separação (KERGOAT, 2009). Por isso, ao justificarem suas escolhas de cursos universitários (como os citados, Psicologia, Veterinária, Enfermagem, Estética), observamos que as jovens levaram em consideração os aspectos como, “ajudar” e “cuidar”, características estas que são tidas como naturais do ser mulher, que futuramente será esposa, mãe e dona de casa (BERLATO, 2007). Segundo Pinto, “a divisão sexual na

educação superior e futuramente na profissão não traduz uma ingênua divisão dos sexos, mas revela as desigualdades sociais que aloca as mulheres em trabalhos de menor prestígio, ligado ao cuidado” (PINTO, 2014, p. 81). Logo, podemos concluir que “a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana” (BEAUVOIR, 1970, p. 13). O corpo feminino é simbolicamente representado como frágil, como corpo que precisa de maior proteção, sendo assim, a ideia de que as mulheres precisam ocupar atividades que são consideradas mais fáceis, menos “duras” de ser realizadas, ainda se faz presente em nossa sociedade (WHITAKER, 1988), inclusive na hora em que as e os jovens fazem a escolha de curso universitário.

Para a amostra masculina, o padrão se repete, e assim, os cursos escolhidos por eles ora são tidos como profissões que exigem maior grau de racionalidade (como é o caso das engenharias, e a área da tecnologia), ora são os cursos de maior prestígio social, como é o caso do curso de Direito e Medicina (PINTO, 2014).

Em última análise, o que podemos inferir a partir desses dados, sem deixar de considerar o contexto sociocultural em que estamos inseridas/os, é que a relação social desempenhada pelo homem e pela mulher “se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação” (KERGOAT, 2009, p. 4). Por isso, conforme o pensamento Foucault (2014, p. 279), “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver” a partir de padrões socialmente estabelecidos afim de se manter vigente o poder patriarcal.

## 6 Considerações Finais

Observamos, ao estudar juventude e aspirações profissionais, que os/as jovens estão passando por uma fase de descobertas em relação ao futuro, como: continuidade dos estudos, aquisição de emprego e conquista da autonomia. Essa busca pela autonomia através dos estudos e da conquista de trabalho é visto pela juventude como central e, parece, não há diferenças de gênero: meninas e meninos sonham igualmente com a continuidade dos estudos em nível superior. O desejo de jovens mulheres em buscar autonomia por meio da

conquista de mercado de trabalho é resultado das conquistas dos diversos movimentos de mulheres que ressoam nas práticas cotidianas e se revelam importantes para a superação de discriminação de gênero, o que já pode ser celebrado como avanço social.

Porém, um olhar mais atento revela o quanto ainda é marcante a diferença na atribuição dos papéis sociais de gênero. Ainda é vigente uma socialização baseada nas diferenças de gênero, mas isso não é feito de modo consciente: as mensagens sobre os lugares do feminino e do masculino são transmitidas e reproduzidas de forma sutil. Há uma imposição de limites e de uma ordem em que as pessoas devem ocupar e se manter em lugares socialmente atribuídos.

A realização dessa pesquisa permitiu entender que, embora haja mudanças decorrentes da luta do movimento feminista, ainda há muito que fazer para superar a desigualdade de gênero que engendra escolhas profissionais, além de contribuir para a sujeição e manutenção das mulheres ao julgo do homem.

Nas escolas, em casa, enfim, na sociedade em geral, as mulheres sempre contribuíram para o desenvolvimento do país, nada mais justo que elas possam seguir carreiras de trabalho onde possam ser valorizadas tanto financeiramente, como socialmente, intelectualmente, enfim, em todos os âmbitos da experiência humana, independentemente da profissão que escolheu exercer.

## Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Org. Helena Wendel Abramo, Pedro Paulo Martoni Branco. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37 – 72.
- ABRAMO, Laís. **Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Ciência e Cultura. Vol. 58, nº 4. São Paulo, Oct. / Dez. 2006, p. 40 a 41.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: 1 fatos e mitos.** Trad. Sérgio Milliet. 4ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 140.
- BERLATO, Flávia Regina. **A Relação Entre Gênero e a Escolha Profissional de Adolescentes.** Itajaí/SC: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.
- BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas.** Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Org. Helena Wendel Abramo, Pedro Paulo Martoni Branco. Vol. II, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 129 – 148.
- BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Culturas do Lazer e do Tempo Livre dos Jovens Brasileiros.** Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Org. Helena Wendel Abramo, Pedro Paulo Martoni Branco. Vol. II, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 175 – 214.
- BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou tarabalonhã-remunerado?.** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.
- CARVALHO, Fernanda Cristina Gomes de; PAIVA, Maria Lúcia de Souza Campos. **O Olhar de Três Gerações de Mulheres a Respeito do Casamento.** Vol. LIX, Nº 131: 223-235, Boletim de Psicologia, 2010.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. **Gênero como Sinônimo de Sexo e Redução de Gênero a Sexo.** Estudos Feministas, Florianópolis, 23 (1): 119 – 136, Janeiro – Abril, 2015.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** 4ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo.** Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.
- LACHTIM, Sheila, Aparecida Ferreira; SOARES, Cássia Baldini. **Trabalho de Jovens Estudantes de uma Escola Pública: fortalecimento ou desgaste?.** Revista Brasileira de Enfermagem, São Paulo, 2009.
- JARDIM, Silvia Regina Marques. **Entreaberto botão, entrefechada rosa: vivências da adolescência feminina em assentamento de reforma agrária.** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação: FCL/UNESP Universidade Estadual Paulista, UNESP, Araraquara/SP, 2011.
- MALUF, Adriana. **Novas Modalidades de Família na Pós-modernidade.** Tese (Doutorado em Direito), São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2010.
- MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. **Juventude e Projeto de Vida: novas perspectivas em orientação profissional.** Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 63 (no. spe.): 1 – 104, 2011.
- OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de; SILVEIRA, Sonia Bittencourt. **O(s) Sentido(s) do Trabalho na Contemporaneidade.** Veredas on-line, vol. 16, nº I, Juiz de Fora: PPG Linguística/ UFJF, 2012, p. 149 – 165.
- PASSOS, Maria Consuelo. **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade.** Org. Terezinha Feres-Carneiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, p. 11-23.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** Trad. Angela M. S. Corrêa. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, Érica Jaqueline Soares. **Gênero e Escolha de Cursos Superiores: perspectivas de estudantes de ensino médio do Liceu Paraibano.** João Pessoa/PB, 2014.
- PRÁ, Jussara Reis. **Estereótipos e Ideologias de Gênero Entre a Juventude Brasileira.** Revista Feminismos, vol. 1, N. 3. Set – Dez., 2013.
- REIS, Toni; EGGERT, Edla. **Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Trad. Christine Rufine Dabat, Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.
- TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente Pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência.** São Paulo: Cortez, 2010.
- TRIGO, Maria Helena Bueno; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Masculino-feminino: nada mais “natural”.** Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras. Org. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Coleção Conhecimento e Vida, São Paulo: Ícone, 2007, p. 101 – 115.
- UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Os Saberes e a Formação Profissional em Lazer: uma análise no campo das políticas públicas.**

Rev. bras. Estud. pedagogia, Brasília, v. 98, n. 249, p. 389-409, maio/ago. 2017.

WHITAKER, Dulce. **Mulher e Homem:** o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988.

ZORDAN, Eliana Piccoli; FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. **Casar ou não casar?** Motivos e expectativas com relação ao casamento. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-76, ago. 2009.